

Camila Santos Pereira

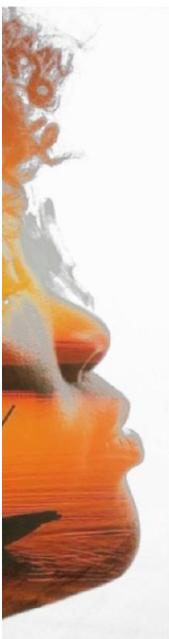
Anamaria Ladeira Pereira

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
GT 10: A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DA ESFERA ACADÊMICA À REGÊNCIA NO ENSINO DE
SOCIOLOGIA

INTELECTUAIS NEGRAS NA SOCIOLOGIA:
DOS LIVROS TEÓRICOS ÀS ESCOLAS

Belém, Pará

2023





INTELECTUAIS NEGRAS NA SOCIOLOGIA: DOS LIVROS TEÓRICOS ÀS ESCOLAS ¹

Camila Santos Pereira ²
Anamaria Ladeira Pereira ³

RESUMO

A história do ensino de Sociologia nas escolas caracteriza-se por diversos obstáculos, mas também conquistas para manter a disciplina nos currículos escolares. A partir desse legado de resistência, também nos inspiramos a fortalecer o caráter democrático e implicado em combater as desigualdades sociais com o qual a disciplina se orienta. Neste trabalho, buscamos nas contribuições de mulheres negras brasileiras, pesquisadoras das ciências humanas e das ciências sociais, um olhar sobre temas exibidos nos currículos de Sociologia como classe social e cultura, mas com perspectivas que, geralmente, são silenciadas. Assim sendo, escolhemos focalizar nossas análises em intelectuais como Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Jaqueline Gomes de Jesus, entre outras. Por meio da revisão bibliográfica de autoras negras e suas pesquisas sobre a sociedade brasileira, com diferentes focos, em diferentes épocas, elaboramos uma tabela que contém as categorizações das autoras, das competências, dos argumentos e das atividades possíveis. Nosso objetivo é contribuir para os debates sobre o ensino de Sociologia nas escolas com uma variedade de referenciais, ecoando importantes vozes negras tão comumente escanteadas.

Palavras-chave: Intelectuais negras, Didática, Feminismo negro.

UM CAMPO DE POSSIBILIDADES

O ensino de Sociologia na educação básica brasileira caracteriza-se pelo potencial de desnaturalizar fenômenos sociais presentes no cotidiano de nossa sociedade e além. Não por acaso, a sua implementação no Ensino Médio continua sendo questionada e, até mesmo, excluída de determinados currículos. Tal contexto se confirma, mais uma vez, com a reforma do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). As mudanças causadas, nos últimos anos, no ensino brasileiro nos convocam a refletir, a partir dos documentos impostos, quais alternativas temos para construir, de forma crítica, as propostas didáticas e pedagógicas. Assim sendo, estaremos em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tratando das competências estabelecidas pelo documento.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda do curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, fycamila@gmail.com;

³ Doutoranda do curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, anamariatudojunto@gmail.com;



A sociologia ofertada no ensino nacional passou por diversas adversidades e resistência acadêmica ao longo dos anos para desempenhar o papel que hoje tenta ampliar e desenvolver. Compreendemos, portanto, que as dimensões relacionadas ao ensino de sociologia “dependem dos contextos histórico-culturais, das teias complexas das relações sociais, educacionais e científicas, que atuaram e atuam na configuração do campo da sociologia a partir de sua relação com o sistema de ensino” (SILVA, 2007, p.405). A partir desse legado de resistência, também nos inspiramos a fortalecer o caráter democrático e implicado em combater as desigualdades sociais com o qual a disciplina se orienta.

Neste trabalho, buscamos nas contribuições de mulheres negras brasileiras, pesquisadoras das ciências humanas, um olhar sobre temas exibidos nos currículos de Sociologia como classe social e cultura, mas com perspectivas que, geralmente, são silenciadas. Nessa perspectiva, escolhemos focar nossas análises em intelectuais como Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Jaqueline Gomes de Jesus, entre outras.

Nosso objetivo é contribuir para os debates sobre o ensino de Sociologia nas escolas com uma variedade de referenciais, ecoando importantes vozes negras tão comumente escanteadas, que sequer são apresentadas nos cursos de formação de docentes da disciplina. Por conseguinte, experiências como docentes (e, no caso da primeira autora, como professora de Sociologia), e os estudos sobre relações étnico-raciais constituem as apostas didáticas apresentadas nesta pesquisa.

MULHERES NEGRAS NOS PLANOS DE ENSINO: UMA DEMANDA EMERGENTE

Não é nenhuma surpresa a negação do racismo institucional no ambiente acadêmico, ou seja, como ocultam as “ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo” (BENTO, 2022, p.77). Essa lógica, como Cida Bento (2022) nos apresenta, possibilita a manutenção da branquitude nos mesmos espaços de tomada de decisões. Observamos que a falta ou a ínfima presença de autoras negras nas ementas de disciplinas das graduações de Ciências Sociais se reflete na ausência da obra dessas intelectuais na educação básica.

Uma pesquisa recente nos possibilita argumentar sobre a conjuntura do racismo institucional acadêmico a partir de um estudo de caso. Traremos para a discussão os dados expostos pelo trabalho “Discutindo espaços: apontamentos sobre autoras/es negras/os no ensino de Sociologia a partir da Universidade de Brasília” de Maria Clara Pereira de Araújo e Bruno Alves Dourado Pereira (2021), apresentado e publicado no 7º ENESEB (Encontro

Nacional para o Ensino da Sociologia na Educação Básica). Os conhecimentos desenvolvidos na pesquisa possibilitam uma descrição densa sobre uma das formas de silenciamento de vozes negras na formação acadêmica em Ciências Sociais. Após investigarem os programas da disciplina Sociologia Brasileira, ofertados entre 2014 e 2020, na Universidade de Brasília (UnB), Araújo e Pereira (2021) apresentam a recorrência de autores e autoras nesses planos e se são pessoas negras ou brancas. A investigação comprovou a escassa presença de mulheres negras nos programas. Em um universo de 125 pessoas citadas, 115 eram brancas (103 homens e 12 mulheres), 9 eram negras (5 homens e 4 mulheres) e 1 autor indiano.

Esse cenário expõe as condições sexistas que censuram as contribuições de mulheres para as Ciências Sociais. Mesmo com a concepção de que, nas ciências humanas, o machismo se perpetua de maneiras menos acentuadas do que nas denominadas ciências exatas, o que observamos nesses planos de ensino é a desvalorização do trabalho acadêmico de pesquisadoras, sobretudo mulheres negras. Estas representam apenas 1/3 do quantitativo de mulheres brancas citadas nos planos, que, por sua vez, sequer chegam a 10% do total.

Destacamos os dados da pesquisa Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, (IBGE, 2019), em que as diferenças salariais no nosso país exemplificam a distância social enfrentada por mulheres negras.

Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, 2019, p.3, grifos nosso).

A investigação supracitada evidencia que as mulheres negras são um grupo extremamente desfavorecido na sociedade brasileira. Essa conjuntura se repete no meio universitário. Uma informação simbólica do racismo institucional acadêmico configura-se com base no seguinte dado: “as autoras e autores negros só passaram a figurar nos programas de Sociologia Brasileira a partir do ano de 2018, não tendo sido observada presença anteriormente” (ARAÚJO; PEREIRA, 2021, p.11, grifo nosso). O relato anterior expõe o seguinte: em quatro anos, entre 2014 e 2018, nos programas da disciplina de Sociologia Brasileira consultados, não encontrou-se qualquer menção a intelectuais negros e negras dessa área de conhecimento, seja nas leituras obrigatórias ou complementares.

Centenas de futuros profissionais cursaram a disciplina obrigatória, com abordagem sociológica sobre a sociedade brasileira e outros debates, sem qualquer recomendação de



leitura de autorias negras. Com que olhares se lê a sociedade brasileira? A partir das estatísticas apresentadas pelo estudo, podemos questionar que a universidade se apresenta como um universo feito e escrito por homens brancos. Sendo os três autores mais citados: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Antônio Candido.

Nas palavras de Lélia Gonzalez (2020, p.33), uma de nossas principais referências para escrever este trabalho, tais teóricos se esforçam para não mencionar que “o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais”. Em seu célebre texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), a intelectual negra nos proporciona uma visão problematizadora de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. Ora, não é de se surpreender que ao produzir um pensamento contundente sobre os cânones brancos, especialmente na década de 1980, a autora tenha sofrido um apagamento nas Ciências Sociais, apenas ressurgindo com grande impacto na última década. Não por acaso, eles ainda são os mais lidos e para a intelectualidade negra reservou-se o ostracismo.

Suscitamos o conhecimento de Lélia Gonzalez para descrever tal cenário, numa referência que, inclusive, cria um posicionamento crítico a um trecho do livro *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior:

[...] sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. [...] No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo. [...] ele [Caio Prado Júnior] lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto de saber [como] certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las (GONZALEZ, 1984, p.232).

Assim sendo, identificamos que a exclusão das produções negras nas universidades é também um atestado da neurose cultural brasileira, em que as vozes negras presentes significam ameaças às versões que os homens brancos contam para si e para outros sujeitos. Podemos inferir que tal cenário parte de uma desumanização das pessoas negras, pois “apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz – e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros” (hooks, 2019, p.45).

Como ensinamos algo que não aprendemos? Podemos ressaltar a importância dos movimentos sociais para a ampliação dos debates sobre racismo e ações afirmativas na educação. Nilma Lino Gomes descreve como o aprendizado se move para além dos textos teóricos e não está confinado entre as quatro paredes de uma sala de aula quando tratamos da população negra brasileira. É a partir do racismo que o Movimento Negro encontra a



ressignificação e a apropriação dos símbolos desumanizantes para um combate direto que afronta as desigualdades sociais (GOMES, 2017).

Atravessamos esse debate com as questões de gênero, especialmente os múltiplos contextos de adversidades enfrentados pelas mulheres negras. Por isso, apontamos “a urgência e relevância de uma produção de estudos que busquem investigar como as desigualdades sustentadas pelo racismo patriarcal heteronormativo produzem condições sociais desfavoráveis para as mulheres negras [...] (SANTOS, 2017, p.112)”.

Nessa perspectiva, Letícia Nascimento destaca que os diversos significados de ser mulher baseiam-se nas contribuições do “feminismo negro, [do] feminismo lésbico e [do] transfeminismo, [e] algumas de suas análises, questionam a ideia de “mulher” como categoria universal, essencialista, estática e binária (em relação ao seu oposto, homem)” (NASCIMENTO, 2021, p.54).

MIRANDO O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

A elaboração deste trabalho justifica-se devido à necessidade de compartilharmos métodos e articulações pedagógicas que tragam novas formas de pensar a didática que permeia as aulas de Sociologia. Em diferentes espaços de debate sobre as Ciências Sociais, por exemplo, em eventos acadêmicos, frequentemente ouvimos comentários como: *mas o ensino sempre foi assim; não temos teóricas negras que falem sobre esse conteúdo, ou isso não é mais um problema*. Discordamos dessas alegações.

Há, sim, um problema de representatividade não branca, em especial, negra, nas salas de aula. O que observamos, como alunas e professoras, são espaços de discussão conduzidos, majoritariamente, por sujeitos brancos, que insistem em priorizar leituras e debates acerca das ideias, quase exclusivamente, de intelectuais brancos, o que alimenta os argumentos silenciadores, sem qualquer restrição. “Não haveria necessidade de falar sobre o oprimido e o explorado encontrarem a voz, articulando e redefinindo a realidade, se não houvesse mecanismos opressivos de silenciamento, submissão e censura (hooks, 2019, p.53)”.

A partir de nossas vivências como pesquisadoras, temos o seguinte objetivo geral: analisar como podemos incluir teóricas negras nos conteúdos da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Como objetivos específicos: descrever quais práticas e referenciais teóricos podem ser utilizados para a abordagem de um determinado tema; categorizar os argumentos das autoras, para que seja viável trabalhá-los em sala de aula como disparadores de atividades; estabelecer os contextos dos conceitos das intelectuais negras para os debates.

COMO FAZER

Por meio da revisão bibliográfica de autoras negras e suas pesquisas sobre a sociedade brasileira, com diferentes focos, em diferentes épocas, iremos elaborar uma tabela que contenha as categorizações das autoras, das competências, dos argumentos e das atividades possíveis. Como a BNCC integra as discussões sobre o currículo e a didática na etapa do Ensino Médio, trabalharemos com algumas definições apresentadas pelo documento. As descrições das competências que precisam ser alcançadas nos possibilitam um olhar centralizado para nossa argumentação, pois elas constituem a “indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” [...] (BRASIL, 2018, p.13).

Escolhemos três competências que irão permear nossas contribuições dialogadas com as intelectuais negras. A primeira delas localiza-se na Competência Específica 1 da BNCC, das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio. A competência propõe:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (BRASIL, 2018, p.559).

Dessa forma, encontramos um campo de possibilidades para a Sociologia expandir as suas articulações, de maneira interdisciplinar, inclusive. A segunda competência que destacamos é a número 5: “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (BRASIL, 2018, p.564). A partir dela, pensamos nas interlocuções entre os estudos de gênero e sexualidade na Sociologia. Como parte da competência específica 6, temos as habilidades que explicitam a necessidade de trazer para as aulas os debates sobre as demandas das comunidades indígenas e afrodescendentes do Brasil e seus processos históricos. Ressaltamos, então, a descrição da competência para as nossas inferências:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p.565).

A pesquisa que realizamos busca nos trabalhos das autoras diálogos possíveis de serem materializados em sala de aula na disciplina de Sociologia. Por exemplo, em uma de suas entrevistas, intitulada “O racismo no Brasil é profundamente disfarçado”, Lélia Gonzalez (2022), célebre antropóloga que cada vez mais recebe seu devido reconhecimento (após

décadas ignorada pela academia), faz questão de ressaltar as figuras artísticas negras que merecem reconhecimento pelo seu trabalho. Entre elas, Martinho da Vila.

Destacamos, aqui, a sua música *O Pequeno Burguês* (1969). Em seus versos, Martinho da Vila canta que a felicidade de ser aprovado no vestibular se contrasta com o fato de ter de pagar taxas e livros muito caros, pois a faculdade é particular. No final, com o diploma, foi chamado de burguês, privilegiado, uma grande injustiça. Tal ferramenta pode estar presente em uma aula sobre as relações de classe e sobre como o autor canta a partir de uma perspectiva de um cidadão negro, no Brasil, na década de 1960.

Outro exemplo para pensarmos as conversas em sala de aula é o livro de Jaqueline Gomes de Jesus, *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* (2012). Nele, a autora descreve conceitos complexos de maneira didática e acessível. Além disso, compartilha sugestões de filmes e leituras para aprofundarmos as discussões. Uma de suas recomendações é o filme *Minha Vida em Cor-de-Rosa* (1997), que trata das relações de identidade de gênero na infância.

Há diversas outras possibilidades de trabalhar com as intelectuais negras e seus aportes teóricos para realizar uma leitura mais crítica, democrática e problematizadora da nossa sociedade. A seguir, apresentamos nossa contribuição esquematizada a partir dessas referências:

Tabela 1: Intelectuais negras na sociologia: possibilidades



Autora	Referência	Estratégia
Lélia Gonzalez (2020)	Música - O Pequeno Burguês (1969) de Martinho da Vila	Compreensão e interpretação da letra de música: em qual contexto social o eu lírico está inserido? Quais são as perspectivas raciais e sociais apresentadas?
Jaqueline Gomes de Jesus (2012)	Filme - Minha Vida em Cor-de-Rosa (1997)	Texto dissertativo sobre: Como as normas sociais acerca da identidade de gênero são construídas? Quais são e como as identidades de gênero são produzidas na sua comunidade?
Djamila Ribeiro (2019)	Livro - Pequeno manual antirracista (RIBEIRO, 2019)	Busca e leitura de reportagens sobre o crime de racismo: analisar, juntamente com o aporte teórico dos trechos selecionados do livro, como os casos foram tratados pela mídia, as resoluções dos casos também foram repercutidas? Quais são os artefatos mais utilizados para tratar desses casos, vídeo, foto, relatos etc.? Quais são as soluções possíveis para as situações pesquisadas?
Lélia Gonzalez (2020)	Crônica - História de vida e louvor (Uma homenagem a Zezé Motta)	Leitura e pesquisa: investigar a história da inclusão de atrizes negras e atores negros nas peças, no cinema e/ou na televisão brasileira, especialmente do Teatro Experimental do Negro (TEN). Quais foram os grandes talentos e atuações das épocas pesquisadas? A representação negra mudou ao longo dos anos? Como?
Nilma Lino Gomes (2017)	Livro - O movimento negro educador (2017)	Pesquisa e entrevista: por meio de trechos selecionados de Gomes (2017), trabalhar com o método de pesquisa e entrevista. O viés condutor encontra-se nas opiniões de colegas ou conhecidos sobre as ações afirmativas e sua história.
Jaqueline Gomes de Jesus (2012)	Capítulo – Termos inclusivos	Pesquisa e apresentação: a partir da leitura e entendimento sobre os termos inclusivos da comunidade LGBTQIA+, apresentados por Jaqueline, construir uma apresentação sobre pessoas notórias que se reconhecem com as identidades apresentadas.
Sueli Carneiro (2005)	Capítulo 9 – Educação: Negação e Afirmação	Pesquisa e entrevista: existe racismo na escola? Como ele é produzido? Quais são as estratégias para superá-lo? Entrevistar colegas e profissionais da escola sobre racismo e antirracismo na escola.
Elza Soares	Álbuns: Planeta Fome (2019), Deus é mulher (2018), A mulher do fim do mundo (2015).	Música, biografia e criação: dividir os três respectivos álbuns de Elza Soares na turma. Solicitar que cada grupo pesquise e descreva a biografia da cantora e a sua importância para a história da música brasileira. Depois, irão escolher uma música de cada álbum para criar uma produção audiovisual.
Bia Ferreira	Músicas	Análise musical: trabalhar em grupos as implicações sociais das letras de música de Bia Ferreira. Elaborar cartazes com imagens e os versos mais impactantes, e espalhar pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforçamos nosso objetivo de elaborar uma revisão bibliográfica baseada em intelectuais negras e suas leituras dos fenômenos sociais contemporâneos, que seja útil às problematizações em sala de aula. Nosso anseio foi apresentar nossa investigação de forma didática, de modo que possa ser uma referência para quem partilha das nossas metas de tornar os planos de ensino mais democráticos. Além disso, não se trata apenas de um dever moral com a educação, mas também ético, pois, há duas décadas, temos a Lei nº10.639, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, nas escolas de nosso país. Em nossa prática como pesquisadoras, nos dedicamos à efetivação do direito ao conhecimento sobre a história e a cultura da maior parte da nossa população.

Como professoras, produzimos neste trabalho uma retomada e sistematização dos nossos estudos dos últimos anos. Incluímos as leituras e as vivências acadêmicas como fontes de solidariedade entre docentes e pessoas engajadas na luta antirracista. Nossa proposta configura-se como uma espécie de planejamento aberto, a produção de um esquema de referências que nos acompanham na leitura do mundo e da sala de aula. Desse modo, nos entendemos como disponíveis a críticas construtivas e diálogos que possam surgir com base nas estratégias introduzidas. Além do mais, o que seria da sociologia, campo de desnaturalização e aprendizagem constante, sem problematização?

Relemos e descobrimos textos novos, construímos uma tabela operacional para facilitar a leitura das ideias que nos inspiram. Desejamos, portanto, que a didática apresentada impulse outras práticas em sala de aula e motive transformações e novas elaborações, particularmente fundamentadas nas vozes de intelectuais negras. Esta tornou-se uma de nossas iniciativas para fomentar a visibilidade de mulheres negras intelectuais nas ciências, especialmente na Sociologia. Seguimos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.C.P; PEREIRA, B. A. D. Discutindo espaços: apontamentos sobre autoras/es negras/os no ensino de sociologia a partir da Universidade de Brasília. **Anais do ENESEB...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

GALVÃO, E. A. B.. **Cotas raciais como política de admissão UERJ, UnB e o caso da UFG**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1601> Acesso em: 2 jun. 2023.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: 15 jun. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios; Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, b. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, v. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, S. B. Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI**, v. 7, n. 1, p. 106-120, 2017.

SILVA, I. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**, Natal – RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.